

PREGÃO 90019/2026

Registro de Preços para aquisição de estações de trabalho completas (CPU, monitor e acessórios), com suporte e assistência técnica dentro do período de garantia

Valor: R\$ 39.801.855,56 (trinta e nove milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Dia 13/05/2026 às 10 h (horário de Brasília)

UASG: 200100

Menor preço do item, sistema aberto e fechado

Licitação não exclusiva para ME's e EPP's



ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
Secretaria de Administração/SG
Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas/SA

SEÇÃO 1 – DO OBJETO.....	6
SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	7
SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES.....	10
SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	12
SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE.....	14
SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS.....	18
SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
SEÇÃO 11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	20
SEÇÃO 12 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	21
SEÇÃO 13 – DA CONTRATAÇÃO.....	22
SEÇÃO 14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	24
1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	24
2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	24
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	27
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	27
Requisitos de Sustentabilidade.....	27
Requisitos de Garantia e Manutenção.....	27
Da segurança dos ativos de tecnologia da informação.....	28
Subcontratação.....	28
Garantia da Contratação.....	28
Consórcio.....	28
5 – EXECUÇÃO DO OBJETO.....	28
Condições de entrega e local de entrega.....	28
Especificação da garantia do objeto.....	29
6 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE.....	29
7 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.....	29
8 – GESTÃO DO CONTRATO.....	29
9 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	31
9.1 Do Recebimento.....	31
9.2 Do Faturamento.....	32
9.3 Das Condições de pagamento.....	33
10 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	34

11 – ESTIMATIVA DO PREÇO.....	34
12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	39
ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	40
ANEXO A2 –.....	56
ANEXO A2 – ORDEM DE FORNECIMENTO.....	56
ANEXO A3 – ENDEREÇO DAS UNIDADES DO MPF.....	58
ANEXO A4 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.....	65
ANEXO A5 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	66
ANEXO A6 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO.....	67
ANEXO A7 – DOS FISCAIS SETORIAIS.....	68
ANEXO A8 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	69
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO.....	70
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.....	70
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....	70
CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.....	71
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.....	71
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.....	71
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.....	71
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO.....	72
CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	72
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	73
CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.....	75
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	77
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	79
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	81
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	81
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.....	81
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES.....	82
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.....	82
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO.....	82
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.....	82
ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA.....	85
ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	87
CLÁUSULA I – DO OBJETO.....	87
CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS.....	87
CLÁUSULA III – DAS PENALIDADES.....	87
CLÁUSULA IV – DA ADESÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS.....	88
CLÁUSULA V – DA AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENT- TO.....	88
CLÁUSULA VI – DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REAJUSTES DOS PREÇOS REGISTRADOS... ..	88
CLÁUSULA VII – DO CANCELAMENTO DA ATA E DO REGISTRO.....	89

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	90
CLÁUSULA IX – DOS ITENS, ESPECIFICAÇÕES, QUANT., PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS.....	90

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

Processo nº 1.00.000.004895/2024-81

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Portaria PGR/MPU nº 158, de 27 de setembro de 2024 e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO 1 – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de estações de trabalho completa (CPU, monitor e acessórios), com suporte e assistência técnica dentro do período de garantia, de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.
- 1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos referenciados no índice.

SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Esta licitação não será exclusiva para participação de ME's e EPP's.

2.11 Não Será permitido a participação de pessoa física no certame.

SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Peticionamento Eletrônico do MPF”.

3.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

3.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

3.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no peticionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido a envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail pgr-licitacao@mpf.mp.br.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.3 Marca e modelo

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos/descontos mínimos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

5.11. Proposta no comprasnet:

Item	Descrição	Qtd. Total	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Estação de trabalho (CPU, monitor e acessórios)	8972	R\$ 4.436,23	R\$ 39.801.855,56

5.11.1. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência.

5.11.2. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III.

SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES

6.1. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2. Empresas brasileiras;

6.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **SICAF**;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

7.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em

conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

7.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.8. Será desclassificada a proposta que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 7.9**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.10.2 A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

7.12.1.1 Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.12.1.2 De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEs/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.14 A proposta também será julgada conforme item 9 do Termo de Referência

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

8.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Estadual/Distrital), social, trabalhista e econômico financeira

8.4. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial emitida pela instância judicial competente;

a1.) Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.
b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d1) a demonstração desses índices se aplica também às empresas cadastradas no SICAF

8.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 2% do valor estimado do item

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.5.1. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.5.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.5.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.6. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.7 A licitante deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS – **MODELO ANEXO A8** do Termo de Referência.

8.8 Para a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, a LICITANTE deverá apresentar atestados de capacidade técnico-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de estações de trabalho, com prestação de serviços de assistência técnica, na quantidade equivalente a 20% da quantidade total estimada para o ITEM objeto do Termo de Referência.

8.8.1 Os atestados deverão referir-se à atuação da LICITANTE no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária. A comprovação deverá ocorrer por meio do estatuto social, contrato social ou documento legal de constituição da empresa;

8.8.2 Será permitido o somatório de atestados para fins de comprovação da qualificação técnica da LICITANTE;

8.8.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

8.8.4 A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s);

8.8.5 O(s) atestado(s) apresentado(s) pela LICITANTE deverá(ão) mencionar especificamente os quantitativos, os serviços/produtos realizados/fornecidos, o local (endereço completo) e a data (mês e ano) atestados pela empresa ou pelo órgão. Os atestados que não contenham esses dados poderão ser objeto de diligência do pregoeiro;

8.8.6 No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa LICITANTE, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum;

8.8.7 A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se o(s) atestado(s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas no Termo de Referência, podendo exigir apresentação de documentação complementar referente à prestação de serviços relativos aos atestados apresentados.

8.9. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Estadual/Distrital), social, trabalhista e econômico-financeira poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza,

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 2% incidente sobre o valor estimado do item, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5 % a 1,25% do valor estimado do item.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 1,25% a 2% do valor estimado do item.

10.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e

10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023.

10.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas na Minuta de Contrato **ANEXO II**

SEÇÃO 11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF conforme instruções contidas na minuta da ata, anexa a este Edital.

11.4 Será formalizada ata de registro de preços do item constante do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preço registrado e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

SEÇÃO 12 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.5 Enquanto o sistema comprasnet não estiver parametrizado para realização dos procedimentos de cadastro de reserva, o pregoeiro durante a sessão pública solicitará dos participantes, manifestação quanto ao cadastro de reserva no prazo mínimo de 24 horas.

12.5.1 Os participantes poderão enviar sua manifestação por e-mail para pgr-licitacao@mpf.mp.br escolhendo sua situação, subitem 12.1.1 ou 12.1.2.

SEÇÃO 13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, e assinada a ata de registro de preços, o vencedor registrado será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

13.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

13.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PGR.

13.4. Na assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá comprovar as condições de habilitação exigidas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

13.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.6 Nos casos em que o licitante vencedor escolha o seguro-garantia como forma de caução fica estabelecido o prazo de um mês após a homologação do certame e anterior à assinatura do contrato para apresentação deste tipo de garantia.

13.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação

SEÇÃO 14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

14.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.transparencia.mpf.mp.br.

14.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Brasília, data conforme assinatura digital

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Subsecretário de Licitações e Dispensas Eletrônicas

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 22/2025 – ASSAPCON/SUBCORP/SA
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
Art. 6º, XLI e XLV, Art. 28, I, e Art. 78, IV, da Lei nº 14.133/2021
e PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para aquisição de estações de trabalho completa (CPU, monitor e acessórios), com suporte e assistência técnica dentro do período de garantia, de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal.

1.2 As especificações técnicas encontram-se pormenorizadas e referenciadas no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

1.3 Quantitativos: Os quantitativos estimados da contratação são os apresentados na tabela a seguir:

Item	Descrição do Material	U.M.	Quantidade Máxima
1	Estação de trabalho (CPU, monitor e acessórios)	Unidade	8.972

1.4 Ramo de Atividade predominante da contratação: Código do Material / Código do PDM (padrão descritivo de material): 6661 MICROCOMPUTADOR – Fonte: catálogo de materiais do www.compras.gov.br.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será **de 1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, **para utilização dos quantitativos inicialmente registrados e não contratados**, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o Art. 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

1.6 Prazo do contrato: O prazo de vigência da contratação terá início na data da assinatura do contrato e encerrar-se-á em até **90 (noventa) dias após o recebimento definitivo do objeto**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1 Após realizado o pagamento do material/equipamentos fornecidos, o contrato será considerado extinto, ainda que não tenham decorridos os 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Portaria PGR nº 85, de 27/05/2022, e Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em especial quanto a “descrição da necessidade”:

“1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) é a responsável por ofertar equipamentos de computação pessoal para que os membros e servidores executem as atividades meio e fim do MPF.

As estações de trabalho em uso atualmente foram adquiridas em 2015, 2016, 2018, 2020 e 2021 e a obsolescência do hardware e software dos equipamentos impacta negativamente a produtividade dos usuários.

Além disso, parte significativa do parque utiliza o Windows 10, cujo suporte da Microsoft se encerra em 14 de outubro de 2025. Após essa data, a ausência de atualizações, assistência técnica e correções de segurança expõe o MPF a:

- Ataques cibernéticos e vírus: a falta de atualizações torna os sistemas vulneráveis a novas ameaças, colocando em risco a integridade e confidencialidade dos dados;
 - Comprometimento do ambiente de TIC: a infecção de um único equipamento pode se propagar, comprometendo toda a infraestrutura tecnológica do MPF;
 - Perda de produtividade: equipamentos obsoletos e vulneráveis resultam em lentidão, travamentos e interrupções nas atividades, prejudicando o desempenho dos usuários.
- A fim de mitigar esses riscos, é necessária a renovação do parque de computadores de uso pessoal que não atendem mais às especificações mínimas de segurança e de desempenho. Adicionalmente, os concursos para membros e servidores previstos para 2025 gerarão uma demanda por novas estações de trabalho. Atualmente, o MPF não dispõe de equipamentos reserva, tornando a aquisição de novos computadores essencial para acomodar os futuros ingressantes e evitar interrupções nas atividades.”

2.2. Justificativa quanto à natureza do objeto

2.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **bem(ns) comum(ns)**, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021:

2.2.1.1. Haja vista que (i) Está disponível no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado; e (ii) Possui especificações usuais, padronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis (a variação ocorre predominantemente nos quantitativos).

2.3. Enquadramento da contratação

2.3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, incisos XLI e XLV, no artigo 28, inciso I, e no artigo 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.3.1.1 O Sistema de Registro de Preços é oportuno para a presente contratação nos termos do Art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, considerando:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

I – pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...)

2.3.1.2. Nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a oferta de quantitativos inferiores aos previstos neste Termo de Referência;

2.3.1.3 Não será permitida a adesão a ata de registro de preços.

2.3.1.4 Conforme estabelecido no Art. 86, § 1º da Lei 14.133/202, **não será necessária a realização de procedimento público de intenção de registro de preços (IRP)** já que o órgão gerenciador é o único contratante:

“Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de regis-

tro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

2.3.1.4.1 Neste caso específico, o Ministério Público Federal é o único contratante, considerando a necessidade particular da instituição em adquirir estação de trabalho padrão. Além disso, a contratação será realizada de forma centralizada, conforme determinado pelo Art. 2º, inciso VII, da **PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024**, que estabelece:

“VII - contratação centralizada: contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia consolidação das demandas indicadas por cada Unidade descentralizada do MPU, sem a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços;”

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, etiqueta **PGR-0112/25**.

i) Data de publicação do Portal de Transparência do MPF: 16.07.2025.

ii) Data de atualização no PNCP do PCA-2026: 02.01.2026

2.5. Da participação na Licitação

2.5.1. A licitação **NÃO será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que o valor estimado supera o estipulado abaixo a do Art. 47 e no inciso I do Art. 48, bem como **não se enquadra na categoria de “bens de natureza divisível”**, conforme inciso III do Art. 48 e inciso III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

“Art. 47 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.”

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

*I – Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos **itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**;*

2.5.1.1. Não será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso III da Lei 18 Complementar nº 123/2006) uma vez que a cota de 25% do valor total, nesse caso, considerando que o objeto envolve a entrega de equipamentos em todos os estados da federação, devendo o vencedor prestar os serviços de assistência técnica no local durante todo o período da garantia, entende-se que tal situação poderia acarretar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto e também não ser vantajoso para a administração, visto que caso as quantidades de um determinado item sejam divididas entre dois fornecedores, poderia resultar quantitativos reduzidos para cada fornecedor, podendo prejudicar a competitividade e atratividade do certame, em função, principalmente, da logística e dos custos envolvidos na prestação dos serviços de garantia em cada um dos estados envolvidos.

2.5.2. O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas**, de acordo com IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que para o serviço de garantia/suporte

técnico é indispensável possuir capital de giro elevado considerando que será necessário deslocamento para cerca de 200 localidades em todas as regiões do Brasil, com de mão de obra qualificada e munida com equipamentos e peças de reposição.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se referenciada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Sustentabilidade

4.1. Devem ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, 2016, que descreve normas de sustentabilidade, obrigatórias em todas as contratações; e na Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

4.1.2. Aspectos muito relevantes na atual conjuntura são os possíveis impactos ambientais, em especial a necessidade de conformidade com a Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que institui a Política de Sustentabilidade do Ministério Público Federal (PS/MPF). Os principais impactos envolvidos nesta contratação são o consumo de energia elétrica para o funcionamento adequado dos equipamentos e o descarte dos resíduos sólidos, dentre eles a embalagem, as mídias, até mesmo o próprio equipamento pós-vida útil. Assim é necessário que os objetos da contratação tenham o certificado ENERGY STAR considerando a eficiência energética ou o ecolabel EPEAT e que os materiais utilizados na fabricação não agredam o meio ambiente, exigência comprovada por meio do atendimento à diretiva *Restriction of Hazardous Substances* – RoHs.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.2. A garantia deve ser oferecida pelo fabricante e de forma complementar pela CONTRATADA prevalecendo o prazo de garantia que for superior, dentro do qual a CONTRATADA deverá solucionar as falhas e/ou substituir os equipamentos que venham a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para o CONTRATANTE.

4.2.1 Caberá à CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para o CONTRATANTE, realizar toda correção decorrente de erros ou falhas provenientes dos equipamentos.

4.2.2 A CONTRATADA deverá comunicar quando da necessidade de substituição/troca de peças, sendo obrigatório o acompanhamento por fiscal ou outro servidor do quadro designado pela administração.

4.2.3 A execução do contrato será baseada no modelo no qual a CONTRATADA é responsável pelo fornecimento e garantia dos equipamentos

4.2.4 O atendimento da garantia dos equipamentos poderá ocorrer fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do

CONTRATANTE, e não implicará nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA;

4.2.5 Para cumprimento da garantia dos equipamentos, caso seja necessário, a CONTRATADA deslocará funcionário, às suas expensas, incluindo todos os custos de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem ou quaisquer outros custos envolvidos.

Da segurança dos ativos de tecnologia da informação

4.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com o CONTRATANTE, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se à aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

4.3.1 A CONTRATADA deverá seguir os protocolos de segurança da informação, políticas e requisitos determinados pelo CONTRATANTE;

4.3.2 Durante os atendimentos, todos os técnicos da CONTRATADA devem apresentar-se devidamente identificados através de crachás de identificação.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

Garantia da Contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.5.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 1 (um) mês após a assinatura do contrato.

4.5.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Consórcio

4.6. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega e local de entrega

5.1. O objeto deverá ser entregue em **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.1.1. A entrega dos equipamentos, que será realizada nas unidades do MPF nas capitais, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.2. Caso o término do prazo coincida com feriado ou fim de semana, a entrega deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior a essa data.

5.3. Somente será admitida a prorrogação do prazo de entrega em caso de força maior – devidamente comprovada pela CONTRATADA – por escrito, **até 1 (um) dia útil antes da data final fixada para a entrega**, desde que haja anuência do CONTRATANTE.

5.4. Os equipamentos devem estar embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga.

5.5. O acondicionamento e transporte deve ser feito adequadamente à mercadoria que deve estar devidamente protegida do pó e das variações de temperatura. As embalagens primárias individuais do produto devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.6. A CONTRATADA deverá agendar formalmente as entregas **com antecedência de 01 (um) dia útil**.

5.7. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada em horário comercial, durante o horário de funcionamento da unidade do CONTRATANTE e de acordo com o seu fuso horário, previamente agendada com fiscais do contrato das unidades, conforme **ANEXO A3 – Endereço das Unidades do MPF**.

Especificação da garantia do objeto (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia total do objeto, considerando a garantia contratual, garantia legal e garantia estendida, **será de 48 (quarenta e oito) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. As responsabilidades do CONTRATANTE estão especificadas nos Itens **5. EXECUÇÃO DO OBJETO** e **9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO** deste Termo de Referência, no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas** e na **MINUTA DE CONTRATO**, que compõe o edital desta licitação.

7 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. As responsabilidades da CONTRATADA estão detalhadas nos Itens **5. EXECUÇÃO DO OBJETO** e **9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO** deste Termo de Referência, no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas** e na **MINUTA DE CONTRATO**, que compõe o edital desta licitação.

8 – GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.5. Será de responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC/SG) a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

8.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

8.7.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

8.7.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

8.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

8.10.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III).

8.10.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

8.10.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII).

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V).

8.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.13. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

8.13.1 A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

9 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

9.1 Do Recebimento

9.1.1 O objeto **será recebido provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias**, mediante assinatura do Termo de Recebimento Provisório, pelos fiscais técnico(s), setorial(is) e administrativo(s), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

9.1.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação do fornecimento a que se refere a parcela a ser paga.

9.1.1.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

9.1.1.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

9.1.1.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

9.1.1.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.2 O objeto **será recebido definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.2.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

9.1.2.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.1.2.3 **A Nota Fiscal ou Fatura** será atestada após o recebimento definitivo.

9.1.2.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.2.4.1. As providências pertinentes às áreas de fiscalização e gestão contratual para envio dos autos para pagamento deverão ocorrer **até o dia 25 do mês de emissão do documento fiscal**, antecipando-se para o dia útil anterior em caso de final de semana ou dia não útil, para cumprimento dos prazos da Instrução Normativa RFB Nº 2237, de 04 de dezembro de 2024.

9.1.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento ou no instrumento de cobrança.

9.1.4 Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no **prazo de até 30 (trinta) dias** contados da data de recebimento da notificação.

9.1.4.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

9.1.5 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

9.1.6 Os produtos poderão ser recusados, dentre outros, quando entregues com especificações técnicas inferiores às previstas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.2 Do Faturamento

9.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar, **no momento da entrega do objeto**, a fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.

9.2.1.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

9.2.1.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

9.2.1.3. A CONTRATADA deverá entregar todos os materiais solicitados. Caso ocorra situações imprevisíveis, que impeçam a adimplemento total da obrigação, será avaliada a possibilidade de aceitação de execução parcial do objeto, com pagamento proporcional, relativo ao quantitativo de entrega de unidade funcional do equipamento (Estação de trabalho completa: CPU, monitor e acessórios).

9.2.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

9.2.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.2.4. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

9.3 Das Condições de pagamento

9.3.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, no prazo de **até 10 (dez)** dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

9.3.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.3.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

9.3.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

9.3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.3.6. No pagamento do(s) material(is) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

9.4. O Cronograma Físico-Financeiro encontra-se pormenorizado no item 10 do **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

10 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **ME-NOR PREÇO POR ITEM**

Exigências de habilitação

10.2 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

10.3 Para fins de qualificação econômica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

Qualificação Técnica

Remetido para o edital

11 – ESTIMATIVA DO PREÇO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 39.801.855,56 (trinta e nove milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na *tabela abaixo*.

11.1.1. No valor da proposta deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Item	Descrição	Unid.	Quant. Total	Quant. Mínima Estimada P/ Baixa	Valor Unit. Máx. Aceito (R\$)	Valor Total Máx. Aceito (R\$)
1	Estação de trabalho (CPU, monitor e acessórios)	Um	8.972	5.746	R\$ 4.436,23	R\$ 39.801.855,56

11.2. Deverão ser especificados e descritos na proposta o fabricante e os modelos dos equipamentos/produtos ofertados;

11.2.1. Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, documentação comprobatória que permita a verificação dos seguintes itens do **ANEXO A1.a – Requisitos Técnicos Mínimos**:

ID	REQUISITOS DE NEGÓCIO
----	-----------------------

Processador	
R.HS.03	O microprocessador deverá obter pontuação (score) de desempenho igual ou superior ao modelo de referência aferido pelo site www.cpubenchmark.net , no link High End CPU Chart.
R.HS.04	Processador de referência: AMD RYZEN 5 PRO 5655GE.
R.HS.06	Quantidade mínima de núcleos: 6.
R.HS.07	Quantidade mínima de Threads: 12.
RAM	
R.HS.01	Memória SDRAM Tipo DDR4 frequência mínima de MHz: DDR4-3200.
R.HS.02	Tamanho mínimo de 16 GB.
Unidade de Armazenamento	
R.HS.02	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express M.2
R.HS.03	Capacidade nominal de armazenamento em SSD: 480 GB.
Placa-Mãe	
R.HS.02	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: Integrada à placa e/ou soldada. Não serão aceitos módulos do tipo baseados em Firmware (fTPM).
Interface	
R.HS.01	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo, sendo: - 1 (uma) interface HDMI - 1 (uma) interfaces de vídeo HDMI ou DisplayPort.
R.HS.02	Possuir, no mínimo: - 1 (uma) interfaces USB-A frontais - 1 (uma) interface USB-C frontal - 3 (três) interfaces USB-A traseiras. - Não será admitida a utilização de hubs ou adaptador.
R.HS.03	Interface de conexão Bluetooth 5.2 ou superior.
R.HS.04	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosense, full-duplex, configurável por software, suporte aos padrões PXE 2.0.
R.HS.05	Controladora de rede wireless ax (Wifi 6), capaz de operar em dual-band (2.4GHz e 5GHz). Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo. Deve possuir certificação ANATEL, nos termos da Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.
R.HS.06	Possuir interfaces para áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits (mic-in e line-out), sendo pelo menos 01 (uma) mic-in e 01 (uma) line-out na parte frontal do gabinete, podendo ser do tipo combo.
BIOS/UEFI	
R.HS.04	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS/UEFI com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento. Para comprovar esta condição poderá ser exigida a apresentação da documentação do fabricante da placa-mãe ou do UEFI, comprovando o seu desenvolvimento para o equipamento ofertado, caso seja necessário, a critério da equipe que realizar a análise do equipamento.
R.HS.14	BIOS em conformidade com a normativa NIST 800-147 (ou ISO/IEC 19678) e NIST

	<p>800- 193, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passar o controle de execução a mesma ou possuir mecanismo de reparo automático utilizando cópia segura no próprio hardware, capacidade de verificar integridade em tempo durante a utilização do equipamento, verificação de imagens confiáveis com criptografia robusta para execução de códigos de atualização com impedimento de rootkits , vírus e malwares. Possuir gravação de log de eventos acessíveis pelo BIOS, Sistema Operacional, e Software de Gerenciamento.</p> <p>O requisito NIST 800-147 garante a integridade do código do BIOS, enquanto o NIST 800-193 estabelece a capacidade de proteger, detectar e recuperar o sistema em caso de um ataque ao firmware. Juntas, elas garantem que a segurança da máquina comece já no momento em que ela é ligada.</p>
R.HS.15	<p>Possuir ferramenta integrada para apagar os dados do disco rígido de forma segura conforme a norma NIST 800-88, não permitindo que sejam recuperados através de ferramentas de recuperação de dados, em conformidade com padrões internacionais de segurança, de forma que não danifique a unidade de armazenamento durante o processo de limpeza dos dados.</p> <p>A presença dessa ferramenta no BIOS/UEFI não é apenas um recurso conveniente, mas um requisito de segurança para garantir que os dados sensíveis possam ser destruídos de forma eficaz e em conformidade com as melhores práticas de mercado. Essa norma garante que a ferramenta atende aos padrões de qualidade.</p>
Sistema Operacional	
R.HS.01	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Profissional 64 bits, para uso corporativo, em português do Brasil (PT-BR), com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Deve suportar, durante a vigência do contrato, a possibilidade de atualização, conforme ciclo de atualização do fabricante.
R.HS.03	O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Windows Catalog. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em http://winqual.microsoft.com/hcl/default.aspx ; Também será aceito certificado emitido pela Microsoft específico para o modelo, atestando a compatibilidade com o Sistema Operacional Windows."
Controladora de Vídeo	
R.HS.02	Resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60 Hz e suporte a todas as resoluções do monitor ofertado e suporte mínimo a 16 milhões de cores.
Teclado	
R.HS.01	Possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB, integralmente compatível com o computador ofertado.
Mouse	
R.HS.01	Possuir mouse com tecnologia óptica ou laser de conformação ambidestra (simétrico), com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem) e conexão

	USB, compatível com o microcomputador ofertado.
R.HS.05	Resolução mínima de 1000dpi.
Gabinete	
R.HS.01	Volume Máximo do Gabinete: 1,5 (um e meio) litros.
R.HS.08	Possuir alto-falante integrado ao gabinete ou placa mãe, interno ao gabinete. O alto-falante deverá desligar-se automaticamente, sem qualquer tipo de interferência do usuário, quando da conexão de um fone de ouvido ou caixas de som externas. Não será aceito o sistema de som no monitor em detrimento ao sistema de som interno ao gabinete. Não há impedimento em o monitor TAMBÉM possuir sistema de som.
R.HS.09	Possuir fonte de alimentação com Tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático, dimensionada para suportar a configuração máxima do equipamento, eficiência mínima de 80% (comprovado por meio do selo de eficiência 80 PLUS, que garante que a fonte converte, no mínimo, 80% da energia que retira da tomada em energia útil para os componentes do PC) e acompanhada de cabo de alimentação no padrão NBR 14136 ou Conforme Portaria 170 do INMETRO. Certificação 80 Plus: programa de certificação voluntária lançado em 2004, destinado a promover o uso eficiente de energia em unidades de alimentação para computadores.
R.HS.13	Ser compatível com instalação de solução de segurança física padrão Kensington (anilha/abertura) ou similar.
R.HS.14	Deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 ou equivalentes ou superiores, no mínimo, conforme justificado no item 4.1.2. deste Termo de Referência.
Acessórios e características gerais	
R.HS.01	Deverá ser fornecido cabo "Y" para que o equipamento instalado utilize apenas uma tomada da rede elétrica para micro e monitor secundário. A tomada deverá vir no padrão ABNT 14136.
Responsabilidade Ambiental	
R.HS.02	Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos. Ao incluir esse requisito, não apenas protege-se a saúde e a segurança dos usuários, mas também promove-se a sustentabilidade ao exigir equipamentos de alta qualidade, com maior vida útil e melhor desempenho ambiental.
Monitor de Vídeo	
R.HS.02	Possuir monitor de vídeo com tecnologia LED (LED orgânico ou LCD iluminada por

	LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 24 polegadas, formato widescreen (16:9). Totalmente compatível com o computador ofertado.
R.HS.07	Possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort), compatível com uma das interfaces de vídeo digitais disponíveis no microcomputador ofertado, acompanhada do seu respectivo cabo.
R.HS.08	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, conforme descrito no item 14.
R.HS.09	O monitor deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU equivalentes, conforme justificado no item 4.1.2. deste Termo de Referência.
R.HS.12	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de altura.

11.2.2. A verificação com sucesso é condição para a aceitação da proposta.

11.3. O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto à efetivação da contratação, inclusive quanto à "QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA PARA BAIXA". A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo.

11.4. Do Reajuste dos Preços Registrados

11.4.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado do orçamento **09/03/2026**.

11.4.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **Subitem 11.4.1**, o **órgão Gerenciador da ata de registro de preços** deverá iniciar o procedimento para reajuste **do(s) valor(es) registrados**, mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para os **quantitativos não contratados** após a ocorrência da anualidade, cientificando a **empresa beneficiária da ata de registro de preços** do início da instrução.

11.4.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo **órgão Gerenciador da ata de registro de preços**, compete à **empresa beneficiária da ata de registro de preços** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a empresa suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

11.4.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **Subitem 11.4.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **empresa beneficiária da ata de registro de preços**, do percentual a ser reajustado.

11.4.2.3.1. Em caso de ausência de manifestação da **empresa beneficiária da ata de registro de preços** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo **órgão Gerenciador da ata de registro de preços**.

11.4.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **órgão Gerenciador da ata de registro de preços** procederá o reajuste adotando a última variação conhecida, procedendo a complementação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.4.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.4.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

11.4.7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ao registro de preços.

11.4.8. As disposições previstas neste Termo, para o reajuste dos preços registrados, não impedem a negociação entre as partes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Nos termos do Art. 14 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12.2 Quando da efetivação da contratação, as despesas decorrentes correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

UG Executora: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Programa de Trabalho: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Plano de Trabalho: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Plano Interno: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Fonte: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Natureza da Despesa: X.X.XX.XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)

ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. O objeto é a aquisição de estações de trabalho (CPU, monitor e acessórios), com suporte e assistência técnica dentro do período de garantia, para o Ministério Público Federal (MPF), em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

1.1. A entrega dos equipamentos, que será realizada nas unidades do MPF nas capitais, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.2. A garantia deverá ser prestada em qualquer unidade do MPF em todo o território nacional;

Os endereços das unidades estão especificados no ANEXO A3 – Endereço das Unidades do MPF;

1.2.1. Os endereços podem ser alterados, de acordo com a necessidade e a estratégia do CONTRATANTE.

2. O ANEXO A1.a – Requisitos técnicos mínimos detalha as especificações técnicas mínimas para cada um dos equipamentos.

3. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

3.1. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por meio do(s) Fiscal(is) do Contrato (por parte do CONTRATANTE) e do Preposto (por parte da CONTRATADA).

3.2. São instrumentos formais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA:

i) E-mails;

ii) Ordens de fornecimento e todos os registros e documentos eletrônicos associados em ferramenta definida para essa finalidade pelo CONTRATANTE;

iii) Atas de reunião;

iv) Ofícios.

4. DO PERFIL E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

4.1. A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades por intermédio de técnicos especializados e qualificados nos equipamentos que darão suporte.

4.2. Durante os atendimentos, todos os técnicos da CONTRATADA devem apresentar-se devidamente identificados através de crachás de identificação.

5. DA INICIAÇÃO CONTRATUAL

5.1. A CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial com o CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento inicial;

5.1.1. A critério do CONTRATANTE, a reunião poderá ser realizada de forma virtual.

5.2. Devem participar efetivamente dessa reunião, no mínimo, o Preposto da CONTRATADA e o(s) Fiscal(is) do Contrato;

5.3. Na reunião inicial serão tratados os seguintes assuntos:

5.3.1. Ratificação por parte do CONTRATANTE das quantidades para ativação inicial dos itens que compõem a contratação;

5.3.2. Contatos dos Fiscais do Contrato e dos Fiscais Setoriais das unidades onde serão entregues equipamentos, de acordo com a Ordem de Fornecimento inicial;

5.3.3. Contatos com indicação de cargo e responsabilidades (nome, e-mail, telefone, etc);

5.3.4. Validar os fluxos e processos inerentes à gestão contratual.

5.4. A CONTRATADA deve assinar e entregar ao CONTRATANTE, antes da reunião inicial, o termo de confidencialidade e sigilo, conforme modelos contidos na Minuta de Termo de Contrato. Esses documentos estabelecem as condições para a prestação dos serviços acerca do sigilo das informações custodiadas, do acesso restrito das informações aos técnicos designados para os serviços e da propriedade intelectual de todos os produtos e conhecimento advindos da execução do contrato. Portanto, devem ser reconhecidos por todos os funcionários, terceirizados e parceiros que venham executar serviços no âmbito do contrato. Para isso, todos eles devem assinar o termo de ciência, conforme modelo contido no Anexo A6 – Ciência do Termo Compromisso e Manutenção do Sigilo.

5.4.1. Os documentos devem ser entregues digitalizados por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF.

5.5. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da reunião inicial, para a conclusão da entrega dos equipamentos da Ordem de Fornecimento inicial;

5.6. O CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério e justificadamente, dilatar os prazos anteriormente estabelecidos.

6. DO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO

6.1. O início da prestação dos serviços de suporte técnico e manutenção terá início a partir do recebimento definitivo dos equipamentos;

6.2. A CONTRATADA é responsável, por realizar a manutenção decorrente do acionamento durante todo o período de vigência da garantia;

6.2.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária dentro dos prazos previstos;

6.2.2. A CONTRATADA deve executar os serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

6.3. Quaisquer equipamentos que precisem ser substituídos por impossibilidade de manutenção devem ser trocados pela CONTRATADA por outros com as mesmas características / recursos que os anteriores;

6.4. O atendimento de primeiro nível será realizado por técnicos do CONTRATANTE, quando disponíveis, que realizarão as verificações básicas acerca da alimentação, conectividade e outros problemas de menor complexidade;

6.5. A inexistência ou falha do primeiro atendimento não pode ser elencado como motivo para recusa à correta execução do contrato;

6.6. O atendimento de primeiro nível do CONTRATANTE não exime a responsabilidade de a CONTRATADA colaborar com essas ações bem como operacionalizar o equipamento que estiver com problemas relacionados aos itens elencados, nos prazos definidos neste Termo de Referência;

6.7. Caso não sejam solucionados no atendimento de primeiro nível ou remotamente, a CONTRATADA deverá deslocar técnico para o local;

6.8. Os atendimentos serão acompanhados pela equipe técnica do CONTRATANTE, que ficará responsável pela verificação da solução dos problemas e pelo fechamento dos chamados.

7. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. Todas as peças e componentes eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, não podendo ser reconicionados em hipótese alguma, estando a CONTRATADA sujeita à aplicação de penalidades/sanções administrativas previstas em contrato.

7.2. Sem apresentar qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, o serviço de assistência técnica de todos os equipamentos deverá abranger cobertura de todo e qualquer defeito apresentado pelo equipamento fornecido.

7.3. A assistência técnica é a série de procedimentos executados para recolocar, durante a garantia, os equipamentos em seu perfeito estado de uso, funcionamento e desempenho, inclusive com a substituição de componentes, partes, ajustes, reparos e demais serviços necessários de acordo com os manuais de manutenção do fabricante e normas técnicas específicas para cada caso.

7.4. Todas as despesas decorrentes da necessidade de substituição dos equipamentos, transporte, deslocamento, embalagem, peças, partes, manuais do fabricante, custeio do deslocamento do profissional ao local da prestação de serviço de assistência, bem como por todas as despesas de transporte, diárias, hospedagem, frete, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos nos atendimentos dos chamados técnicos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não devendo gerar qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA será a única responsável por todo e qualquer ato de seus empregados, credenciados e representantes, inclusive sobre danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia, imprudência e/ou dolo, durante toda a vigência do Contrato.

8. DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte por profissionais especializados, durante todo o período de garantia, em dias úteis, conforme calendário de feriados e pontos facultativos do MPF, durante o horário de funcionamento da unidade do CONTRATANTE e de acordo com o seu fuso horário;

8.1.1 Na Procuradoria-Geral da República – PGR, das 9h00 às 19h00, horário de Brasília-DF, conforme o Art. 1º da Portaria nº 212, de 30 de março de 2016;

8.1.2 Nas demais unidades do MPF, em horário comercial, a combinar com o fiscal setorial da unidade.

8.2 O CONTRATANTE obriga-se a informar previamente à CONTRATADA, em prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, eventuais períodos de atividades extraordinárias bem como mudança nos horários e dias de atendimento.

9. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

9.1. Os serviços de suporte técnico e de garantia deverão ser executados nas dependências da Procuradoria-Geral da República, situada na SAF Sul Quadra 04, Conjunto C – Ed. Procuradoria-Geral da República, seus anexos e outras dependências, bem como nos locais previstos no ANEXO A3 deste Termo de Referência e em eventuais novas Unidades do MPF que venham a ser implantadas no território nacional.

9.2 O atendimento será do tipo “on-site” (atendimento nas dependências do CONTRATANTE), de acordo com o item 8. Do Horário de execução dos serviços, realizado por profissionais especializados, e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos, correções necessárias e orientações técnicas de operação.

9.3 O prazo para a solução do problema ou término do atendimento não deverá ultrapassar 72 horas, considerando apenas os dias úteis, nas capitais e regiões metropolitanas, e 120 horas no interior.

9.3.1 O tempo para atendimento será contado após a abertura do chamado, que considerará para todos os fins a data e hora do registro do número do chamado, no caso de chamado aberto por telefone ou site, ou no caso de abertura realizada por e-mail, a data e hora de envio da mensagem.

9.3.2 Caso o CONTRATANTE opte por abrir o chamado por outro meio dentre os relacionados que não o uso de e-mail, a contagem do prazo de atendimento se dará a partir do momento do contato com a CONTRATADA.

9.3.3 Antes de findar o prazo fixado para atendimento, a CONTRATADA poderá formalizar pedido de prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo CONTRATANTE, que, justificadamente, decidirá sobre o pedido.

9.3.4 A infração reiterada do atendimento aos prazos sujeita a CONTRATADA à aplicação de penalidades/sanções administrativas previstas em contrato.

9.4 Caso o equipamento não possa ser reparado dentro dos prazos previstos, deverá ser providenciada pela CONTRATADA a sua substituição por equipamento equivalente ou de configuração superior, até que seja sanado o defeito do equipamento em reparo.

9.5 Caso os serviços de suporte técnico em garantia não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE, o equipamento avariado poderá ser removido para o centro de atendimento da CONTRATADA.

9.5.1 A CONTRATADA deverá justificar, por escrito, os problemas identificados e apresentar aos Fiscais do Contrato, que farão o aceite e providenciarão a autorização de saída do equipamento, desde que este seja substituído por outro equivalente ou de superior configuração durante o período de reparo.

9.5.2 O equipamento retirado para reparo deverá ser devolvido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5.3 Será de responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer custo com a logística de transporte do equipamento, tanto para a retirada quanto para a devolução.

9.6 Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, condicionado à aprovação do CONTRATANTE, por meio dos Fiscais do Contrato.

9.7 A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela CONTRATADA, desde que comprovadamente homologados pelo fabricante para o produto, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização por escrito do CONTRATANTE.

9.8 Em nenhum caso será admitida a realização de ação de reparo em desconformidade com as boas práticas da manutenção, sendo vedadas ações improvisadas para promover a volta ao funcionamento do equipamento de forma provisória.

9.9 O suporte técnico contempla a resolução de problemas ocasionados pelo mau uso, mau funcionamento, vícios de fabricação, desgaste natural pelo uso e outros defeitos apresentados pelo equipamento adquirido, sendo a CONTRATADA responsável pela análise, reparo e substituição das peças defeituosas por outras novas de iguais procedências e modelos;

9.9.1 Quando o dano for ocasionado por mau uso, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a partir do momento que ocorrer a visita técnica, para emitir o laudo técnico com o respectivo orçamento de manutenção e, a partir daí, aguardar manifestação do CONTRATANTE;

9.9.1.1 O prazo de validade do orçamento para manutenção deve ser de no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias;

9.9.1.2 O laudo técnico e/ou orçamento deverão apresentar os motivos que comprovem a relação do problema com a operação indevida do equipamento, cuja aceitação ficará a critério do CONTRATANTE;

9.9.1.3 Em caso de dano não coberto pela garantia e assistência técnica, a Administração deve promover o reparo adotando os meios previstos na Lei nº 14.133/2021 sem a perda da garantia para o equipamento.

9.9.2 A resolução de danos ocorridos por mau uso, com emissão de Nota Fiscal, somente poderá ocorrer após a autorização expressa do CONTRATANTE e deverá ser concluída no prazo máximo especificado no item 9.3, após a autorização para a realização do reparo;

9.9.2.1. Um dano causado por mau uso ou por terceiros não implica a perda da garantia do equipamento;

9.9.2.2. Após a realização do conserto pela CONTRATADA, as condições de garantia acordadas deverão ser mantidas durante o prazo estabelecido;

9.10 Substituição completa do equipamento:

9.10.1 Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas (não necessariamente o mesmo problema), o CONTRATANTE poderá exigir a substituição integral do equipamento por outro novo, de preferência do mesmo modelo, com características iguais ou superiores, que deverá ocorrer a partir da data do registro da terceira ocorrência;

9.10.2 Caso, no momento de retirada das embalagens, for detectado que o equipamento está avariado (amassado, riscado, quebrado ou com defeito), defeituoso ou em desacordo com este Termo de Referência, mesmo após o recebimento definitivo, deverá ser realizada a substituição completa do equipamento, a critério do CONTRATANTE;

9.10.3 No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o equipamento deverá ser substituído por um novo, com características iguais ou superiores;

9.10.4 Os dispositivos de armazenamento antigos, em todos os casos, deverão permanecer com o CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações;

9.10.5 O equipamento novo deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a CONTRATADA ser notificada.

9.11 Condições para substituição dispositivos de armazenamento de dados:

9.11.1. No caso de defeito nos dispositivos de armazenamento de dados, ou outro defeito qualquer que implique na substituição integral e definitiva do equipamento, os dispositivos de armazenamento de dados usados deverão ficar retidos na unidade CONTRATANTE a fim de resguardá-lo de vazamento de informações, não sendo devolvido em hipótese alguma. Em qualquer caso, não haverá autorização para a saída da Instituição com os dispositivos de armazenamento de dados, devendo eles sempre ficar retido;

9.12 Não é obrigação do CONTRATANTE realizar testes junto ao suporte técnico por telefone, site ou e-mail como condição para abertura do chamado técnico. O CONTRATANTE informará à CONTRATADA sobre a avaria e esta, caso necessite de maiores informações, terá o prazo de atendimento estipulado no item 9.3 para análise inicial, e posterior retorno para solução definitiva. A ação do CONTRATANTE em buscar informar a maior quantidade de dados sobre o problema, não se constitui em obrigação desta, não podendo a CONTRATADA exigir a realização de testes ou outros procedimentos como condicional para a abertura do chamado e a realização do atendimento técnico. A CONTRATADA tem a obrigação de abrir o chamado técnico assim que for contatada, e a partir deste momento será dado início à contagem do prazo de atendimento.

9.12.1 Caso a CONTRATADA se recuse em realizar a abertura do chamado técnico, por qualquer motivo, será iniciada a contagem do prazo de atendimento como se o chamado tivesse sido aberto. Após vencido o prazo de atendimento, caso o problema não tenha sido resolvido, será encaminhado procedimento para aplicação de penalidades.

9.13 O CONTRATANTE estará, a todo tempo, autorizado a abrir o gabinete do notebook para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para aumentar a capacidade do equipamento.

9.14 Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não paralização do serviço, o CONTRATANTE está autorizado a realizar a substituição dos dispositivos de armazenamento de dados, exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que, no caso de algum dano de hardware que não implique na perda do acesso aos dados do dispositivo de armazenamento, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo com a simples troca da peça.

9.15 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sempre novos e de primeiro uso, não podendo ser recondicionados em hipótese alguma.

9.16. No caso de a CONTRATADA não possuir representante local para atendimento do equipamento objeto do chamado, a CONTRATADA será responsável pelo transporte do equipamento, tanto no recolhimento quanto na devolução, para execução do reparo, bem como pelos custos envolvidos.

9.16.1 Em caso de furto, roubo ou extravio do equipamento durante o transporte, a CONTRATADA fornecerá outro equipamento, sempre novo e de primeiro uso, não podendo ser reconicionados, em hipótese alguma.

9.17 Deverá ser fornecido meio de verificação do tempo de garantia do equipamento, através de consulta realizada em sítio do fabricante e/ou da CONTRATADA que utilize o número de série do equipamento como chave da pesquisa.

9.18 A cada nova baixa da ata de registro de preço, todas as ações deverão ser tomadas como se fosse a primeira adesão / baixa, ou seja, a CONTRATADA deverá aplicar o logotipo do MPF na tela de inicialização do POST, no BIOS de cada equipamento, e toda e qualquer definição existente neste Termo de Referência / especificação. A critério exclusivo do CONTRATANTE, poderão ser mantidas as configurações anteriores;

9.19 Para cada atendimento, a CONTRATADA deverá emitir Relatório Técnico contendo, no mínimo, o nome do técnico, a descrição do defeito, o serviço realizado para o reparo, o período de atendimento (data/hora), descrição da solução do problema; peças e componentes substituídos, além da assinatura do técnico da CONTRATADA, deverá conter a assinatura do funcionário do CONTRATANTE para ciência da pendência ou do fechamento do chamado.

10 – DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Etapa	Descrição	Prazo Estimado	Marco	Desembolso
1	Assinatura do Contrato	N.A.	-----	0
2	Emissão da Ordem de Fornecimento Inicial	Após a assinatura do contrato	Etapa 1	0
3	Reunião inicial	Em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da Ordem de Fornecimento Inicial	Etapa 2	0
4	Entrega dos Equipamentos	Em até 60 (sessenta) dias corridos após a missão da Ordem de Fornecimento Inicial	Etapa 3	0
5	Recebimento Provisório	Prazo de até 10 dias úteis após o recebimento dos equipamentos	Etapa 4	0
6	Recebimento Definitivo	No prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório	Etapa 5	0
7	Protocolização da NF	No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a comunicação do ateste definitivo informado pelo Fiscal do Contrato.	Etapa 6	0

8	Atesto da cobrança	Periodicamente, em até 5 (cinco) dias úteis após a cobrança do serviço.	Etapa 7	0
9	Pagamento da fatura pelo CONTRATANTE	Em até 10 (dez) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal	Etapa 8	100%

ANEXO A1.a – REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS

Estes são os requisitos técnicos mínimos para garantir o desempenho desejado pelo CONTRATANTE.

Item 01 – Estação de Trabalho Padrão

R.HS – Requisitos Tecnológicos de Hardware e Software	
ID	REQUISITOS DE NEGÓCIO
Processador	
R.HS.01	Arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória.
R.HS.02	Processamento gráfico integrado ao processador.
R.HS.03	O microprocessador deverá obter pontuação (score) de desempenho igual ou superior ao modelo de referência aferido pelo site www.cpubenchmark.net , no link High End CPU Chart.
R.HS.04	Processador de referência: AMD RYZEN 5 PRO 5655GE.
R.HS.05	O modelo citado serve apenas como referência de desempenho, serão aceitas outras marcas e modelos de microprocessador, desde que atendam totalmente às especificações deste Termo de Referência.
R.HS.06	Quantidade mínima de núcleos: 6.
R.HS.07	Quantidade mínima de Threads: 12.
R.HS.08	Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.
R.HS.09	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado, e sistema de arrefecimento (cooler) com controle de velocidade de acordo com a temperatura (rotação inteligente).
R.HS.10	O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de 2024. Não serão aceitos processadores descontinuados pelos fabricantes.
RAM	
R.HS.01	Memória SDRAM Tipo DDR4 frequência mínima de MHz: DDR4-3200.
R.HS.02	Tamanho mínimo de 16 GB.
Unidade de Armazenamento	
R.HS.01	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia MLC ou TLC.
R.HS.02	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express M.2
R.HS.03	Capacidade nominal de armazenamento em SSD: 480 GB.
Placa-Mãe	

R.HS.01	A placa-mãe deve prover suporte às especificações do respectivo equipamento para o processador, memória RAM, interface de vídeo e unidade de armazenamento.
R.HS.02	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: Integrada à placa e/ou soldada. Não serão aceitos módulos do tipo baseados em Firmware (fTPM).
R.HS.03	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.
R.HS.04	Capacidade de inventário remoto de hardware.
R.HS.05	Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior.
R.HS.06	Suporte a boot por dispositivo conectado à porta USB (exemplo: pendrive) e pela rede.
R.HS.07	Suporte ao recurso WOL (Wake on Lan).
R.HS.08	Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).
Interface	
R.HS.01	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo, sendo: - 1 (uma) interface HDMI - 1 (uma) interfaces de vídeo HDMI ou DisplayPort.
R.HS.02	Possuir, no mínimo: - 1 (uma) interfaces USB-A frontais - 1 (uma) interface USB-C frontal - 3 (três) interfaces USB-A traseiras. - Não será admitida a utilização de hubs ou adaptador.
R.HS.03	Interface de conexão Bluetooth 5.2 ou superior.
R.HS.04	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosense, full-duplex, configurável por software, suporte aos padrões PXE 2.0.
R.HS.05	Controladora de rede wireless ax (Wifi 6), capaz de operar em dual-band (2.4GHz e 5GHz). Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo. Deve possuir certificação ANATEL, nos termos da Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.
R.HS.06	Possuir interfaces para áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits (mic-in e line-out), sendo pelo menos 01 (uma) mic-in e 01 (uma) line-out na parte frontal do gabinete, podendo ser do tipo combo.
BIOS/UEFI	
R.HS.01	Total compatibilidade com ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface).
R.HS.02	Com suporte a plug-and-play e atualizável por software, tipo flash EPROM.
R.HS.03	Deve suportar atualizações remotas (via software de gerenciamento) ou atualizações do próprio BIOS em modo on-line (conectado à internet).
R.HS.04	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS/UEFI com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com

	novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento. Para comprovar esta condição poderá ser exigida a apresentação da documentação do fabricante da placa-mãe ou do UEFI, comprovando o seu desenvolvimento para o equipamento ofertado, caso seja necessário, a critério da equipe que realizar a análise do equipamento.
R.HS.05	Estar em conformidade com a especificação SMBIOS (System Management BIOS). As estruturas do BIOS Information e System Information devem vir completamente e corretamente preenchidas. As strings relativas aos atributos Manufactures, Product Name e Version da estrutura System Information devem ser iguais em todos os equipamentos de um mesmo modelo, não sendo admitidas variações errôneas que dificultem a individualização da marca e modelo do equipamento.
R.HS.06	Possuir suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).
R.HS.07	BIOS em português ou inglês, compatível com o padrão UEFI.
R.HS.08	Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).
R.HS.09	Permitir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para alteração das configurações de BIOS.
R.HS.10	Possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete, de forma a permitir a detecção de abertura do gabinete.
R.HS.11	Possuir funcionalidade que permita habilitar e desabilitar interfaces USB (individualmente).
R.HS.12	Possuir campo não editável com o número de série do equipamento gravado em memória não volátil ou campo que permita inserir identificação customizada (identidade patrimonial do equipamento, capturáveis por aplicação de inventário).
R.HS.13	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.
R.HS.14	BIOS em conformidade com a normativa NIST 800-147 (ou ISO/IEC 19678) e NIST 800-193, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passar o controle de execução a mesma ou possuir mecanismo de reparo automático utilizando cópia segura no próprio hardware, capacidade de verificar integridade em tempo durante a utilização do equipamento, verificação de imagens confiáveis com criptografia robusta para execução de códigos de atualização com impedimento de rootkits, vírus e malwares. Possuir gravação de log de eventos acessíveis pelo BIOS, Sistema Operacional, e Software de Gerenciamento. O requisito NIST 800-147 garante a integridade do código do BIOS, enquanto o NIST 800-193 estabelece a capacidade de proteger, detectar e recuperar o sistema em caso de um ataque ao firmware. Juntas, elas garantem que a segurança da máquina comece já no momento em que ela é ligada.
R.HS.15	Possuir ferramenta integrada para apagar os dados do disco rígido de forma segura conforme a norma NIST 800-88, não permitindo que sejam recuperados através de ferramentas de recuperação de dados, em conformidade com padrões internacio-

	<p>nais de segurança, de forma que não danifique a unidade de armazenamento durante o processo de limpeza dos dados.</p> <p>A presença dessa ferramenta no BIOS/UEFI não é apenas um recurso conveniente, mas um requisito de segurança para garantir que os dados sensíveis possam ser destruídos de forma eficaz e em conformidade com as melhores práticas de mercado. Essa norma garante que a ferramenta atende aos padrões de qualidade.</p>
R.HS.16	Deve ter suporte a gerenciamento com KVM (Teclado, vídeo e mouse) remoto por rede no processo de boot do equipamento quando acessado remotamente o equipamento.
R.HS.17	Deverá permitir logotipo do MPF que deverá ser exibido na tela de inicialização.
R.HS.18	Todos os computadores deverão ser entregues com a configuração padrão do BIOS definida pelo CONTRATANTE, incluindo senhas de acesso ao UEFI.
R.HS.19	Para a definição da configuração padrão de BIOS pelos técnicos de TI, poderá ser exigido o envio prévio de uma unidade do equipamento para a Procuradoria-Geral da República.
Sistema Operacional	
R.HS.01	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Profissional 64 bits, para uso corporativo, em português do Brasil (PT-BR), com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Deve suportar, durante a vigência do contrato, a possibilidade de atualização, conforme ciclo de atualização do fabricante.
R.HS.02	O download de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações, deverão estar disponíveis durante toda a vigência contratual.
R.HS.03	O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Windows Catalog. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em http://winqual.microsoft.com/hcl/default.aspx ; Também será aceito certificado emitido pela Microsoft específico para o modelo, atestando a compatibilidade com o Sistema Operacional Windows."
R.HS.04	O equipamento deverá ser disponibilizado com imagem padronizada e funcional do ambiente de trabalho do CONTRATANTE. O serviço de replicação de imagem completa do equipamento deverá ser prestado pela Contratada. Todas as despesas de transporte, seguros e embalagens, referentes à disponibilização e a devolução do equipamento matriz correrão por conta da Contratada.

Controladora de Vídeo	
R.HS.01	Controladora de Vídeo Integrada.
R.HS.02	Resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60 Hz e suporte a todas as resoluções do monitor ofertado e suporte mínimo a 16 milhões de cores.
R.HS.03	Drivers compatíveis com o sistema operacional do equipamento.
R.HS.04	Suporte aos padrões DIRECTX 12, ou versões superiores.
R.HS.05	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).

Teclado	
R.HS.01	Possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB, integralmente compatível com o computador ofertado.
R.HS.02	Possuir bloco numérico separado das demais teclas, à direita do bloco de letras.
R.HS.03	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.
Mouse	
R.HS.01	Possuir mouse com tecnologia óptica ou laser de conformação ambidestra (simétrico), com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem) e conexão USB, compatível com o microcomputador ofertado.
R.HS.02	Deve ser acompanhado de mouse pad com superfície adequada para operação.
R.HS.03	Ser da mesma cor predominante do gabinete do equipamento, ou preto.
R.HS.04	Deverá ser fornecido mouse-pad com superfície adequada para utilização com mouse óptico.
R.HS.05	Resolução mínima de 1000dpi.
Gabinete	
R.HS.01	Volume Máximo do Gabinete: 1,5 (um e meio) litros.
R.HS.02	Formato do gabinete: Ultra Small Form Factor.
R.HS.03	O gabinete do equipamento deve ter apresentação discreta, para uso corporativo. Não deve possuir cantos, arestas ou bordas cortantes. Não deve possuir “efeitos” de iluminação ou transparências.
R.HS.04	Permitir a abertura do gabinete e a remoção dos componentes (memória e unidade de armazenamento) sem utilização de ferramentas (funcionalidade tool less), sendo aceitos parafusos recartilhados para a abertura do gabinete. Caso a unidade de armazenamento ofertada seja do tipo M2 (conectada direto à motherboard) serão aceitos parafusos para essa unidade (recartilhados OU outro padrão do fabricante).
R.HS.05	Possuir sistema de refrigeração adequado ao processador e demais componentes internos ao gabinete, dimensionado para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado.
R.HS.06	Possuir ventilação preferencialmente nas partes frontal e traseira – admitindo-se aberturas para ventilação adicional nas partes superior, inferior e lateral.
R.HS.07	Possuir chave liga/desliga e luz de indicação de computador ligado na parte frontal do gabinete.
R.HS.08	Possuir alto-falante integrado ao gabinete ou placa mãe, interno ao gabinete. O alto-falante deverá desligar-se automaticamente, sem qualquer tipo de interferência do usuário, quando da conexão de um fone de ouvido ou caixas de som externas. Não será aceito o sistema de som no monitor em detrimento ao sistema de som interno ao gabinete. Não há impedimento em o monitor TAMBÉM possuir sistema de som.
R.HS.09	Possuir fonte de alimentação com Tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático, dimensionada para suportar a configuração máxima do equipamento, eficiência mínima de 80% (comprovado por meio do selo de eficiência 80 PLUS, que garante que a fonte converte, no mínimo, 80% da energia que retira da

	tomada em energia útil para os componentes do PC) e acompanhada de cabo de alimentação no padrão NBR 14136 ou Conforme Portaria 170 do INMETRO. Certificação 80 Plus: programa de certificação voluntária lançado em 2004, destinado a promover o uso eficiente de energia em unidades de alimentação para computadores.
R.HS.10	Apresentar baixo nível de ruído, conforme a NBR 10152 ou ISO7779:1999.
R.HS.11	Possuir sistema de alerta primário, speaker (beep) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, podendo o speaker (beep) estar integrado a placa mãe.
R.HS.12	Possuir sensor de intrusão integrado, capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete.
R.HS.13	Ser compatível com instalação de solução de segurança física padrão kensington (anilha/abertura) ou similar.
R.HS.14	Deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 ou equivalentes ou superiores, no mínimo, conforme justificado no item 4.1.2. do Termo de Referência.

Acessórios e características gerais	
R.HS.01	Deverá ser fornecido cabo "Y" para que o equipamento instalado utilize apenas uma tomada da rede elétrica para micro e monitor secundário. A tomada deverá vir no padrão ABNT 14136.
R.HS.02	Deverá ser fornecido adaptador de tomada do padrão novo, com fêmea – NBR 14136, para o padrão antigo, com macho NEMA 5-15P, de forma a permitir a conexão dos cabos de força fornecidos com o padrão de tomadas das instalações elétricas antigas da Instituição.
R.HS.03	Todos os cabos elétricos necessários ao funcionamento do microcomputador, inclusive do monitor, deverão ser disponibilizados com comprimento de, no mínimo, 1,40m (um metro e quarenta centímetros).
R.HS.04	Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 cabo de aço com trava do padrão “Kensington” baseado em chave, e alça para fixação na mesa com comprimento de 1,5 metros. A instalação da trava não deve atrapalhar ou bloquear nenhuma porta do equipamento.

Responsabilidade Ambiental	
R.HS.01	Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
R.HS.02	Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou

	<p>similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.</p> <p>Ao incluir esse requisito, não apenas protege-se a saúde e a segurança dos usuários, mas também promove-se a sustentabilidade ao exigir equipamentos de alta qualidade, com maior vida útil e melhor desempenho ambiental.</p>
R.HS.03	<p>Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.</p>

Monitor de Vídeo	
R.HS.01	Quantidade de monitores de vídeo por microcomputador/conjunto: 01 monitor.
R.HS.02	Possuir monitor de vídeo com tecnologia LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 24 polegadas, formato widescreen (16:9). Totalmente compatível com o computador ofertado.
R.HS.03	Possuir chave liga/desliga (botão ou touch).
R.HS.04	Possuir luz de indicação para estados ligado/desligado/standby/sleep.
R.HS.05	Possuir funcionalidades para ajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Além disso, deve permitir a configuração do menu de funções de configuração do monitor para pelo menos o idioma português ou inglês.
R.HS.06	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m ² e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits).
R.HS.07	Possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort), compatível com uma das interfaces de vídeo digitais disponíveis no microcomputador ofertado, acompanhada do seu respectivo cabo.
R.HS.08	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, conforme descrito no item 14.
R.HS.09	O monitor deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU equivalentes, conforme justificado no item 4.1.2. do Termo de Referência.
R.HS.10	O monitor deverá ser predominantemente da mesma cor do conjunto ofertado, deverá possuir todos os cabos e acessórios para interconexão com o equipamento ofertado.

R.HS.11	Deve possuir furações no padrão VESA.
R.HS.12	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de altura.
R.HS.13	O monitor de vídeo, não necessariamente deverá ser do mesmo fabricante do computador, porém, a garantia dele deverá acompanhar integralmente a garantia oferecida para o equipamento, bem como a abertura de chamados de assistência técnica, deverá ser realizada no mesmo canal indicado pelo fornecedor (canal único para abertura de chamadas de garantia, tanto para o monitor quanto para os demais equipamentos).

ANEXO A2 – ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº	nn/AAAA	DATA DE ABERTURA	DD/MM/AAAA
CONTRATO	xx/AAAA	CONTRATADA	XXXXXXXXXXXX
OBJETO	Contratação de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
DESCRIÇÃO	Ordem de Fornecimento para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO	Citar os IMR associados		

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
10					
TOTAL (R\$)					

CRONOGRAMA				
Id	Tarefa	Início	Fim	Responsável
01	Fornecer/Instalar os produtos constantes desta Ordem de Fornecimento, nas quantidades indicadas, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.	dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	CONTRATADA
DATA FINAL DA ENTREGA DA ORDEM DE FORNECIMENTO			dd/mm/aaaa	

DOCUMENTOS/ARTEFATOS/PRODUTOS

Id	Descrição	Data

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FISCAL TÉCNICO	FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX <i>Matrícula:</i>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX <i>Matrícula:</i>

De acordo,

REPRESENTANTE DA CONTRATADA

ANEXO A3 – ENDEREÇO DAS UNIDADES DO MPF

UF	Unidade	Endereço	Bairro	Cidade	CEP
AC	PR-AC	Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340	Portal da Amazônia - Centro Administrativo	RIO BRANCO	69915632
AL	PR-AL	Juca Sampaio, 1800	Barro Duro	MACEIÓ	57045365
AL	PRM-ARAPIRACA	Rua José Jailson Nunes, 390	Santa Edwiges / Caititus	ARAPIRACA	57310255
AM	PR-AM	Av. André Araújo, 358 Aleixo	Aleixo	MANAUS	69060000
AM	PRM-TABATINGA	Avenida da Amizade, 33	Brilhante	TABATINGA	69640000
AP	PR-AP	Av. Ernestino Borges, 535	Centro	MACAPÁ	68908198
BA	PR-BA	Rua Ivonne Silveira (Paralela), nº 243, Loteamento Centro Executivo	Doron	SALVADOR	41194015
BA	PRE-BA	1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150	Centro Administrativo da Bahia	SALVADOR	41745901
BA	PRM-BARREIRAS	Rua Francis Ahylon Macedo, 3086	Vila Rica	BARREIRAS	47806210
BA	PRM-EUNÁPOLIS	Rua Dr. Gravatá, 46, Ed. Gabriela	Centro	EUNÁPOLIS	48820060
BA	PRM-FEIRA DE SANTANA	Rua Castro Alves, 1560	Centro	FEIRA DE SANTANA	44001184
BA	PRM-ILHEUS	Avenida Bahia, 31	Cidade Nova	ILHÉUS	45652050
BA	PRM-IRECÊ	Rua Rio Taquari, 176 - Recanto das Árvores	Centro	IRECÊ	44900000
BA	PRM-PAULO AFONSO	Rua Tancredo Neves, 148 A - Quadra 12	Loteamento Alves de Souza	PAULO AFONSO	48602240
BA	PRM-VITÓRIA DA CONQUISTA	Avenida Ivo Freire de Aguiar, nº 567	Candeias	VITÓRIA DA CONQUISTA	45028095
CE	PR-CE	Rua João Brígido, 1260	Joaquim Távora	FORTALEZA	60135080
CE	PRM-CRATEUS	Rua Firmino Rosa, 769	Centro	CRATEÚS	63700000
CE	PRM-JUAZEIRO DO NORTE	Rua Francisco Cândido Magalhães nºs 40/60 - 4º e 5º pavtos	Triângulo	JUAZEIRO DO NORTE	63041195
CE	PRM-LIMOEIRO DO NORTE	Avenida Coronel José Nunes, 685	Centro	LIMOEIRO DO NORTE	62930000
CE	PRM-SOBRAL	Rua Iolanda P.C. Barreto, 200	Derby Clube	SOBRAL	62042270
DF	PGR	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C	Asa Sul	BRASÍLIA	70050900
DF	PGR ANEXO I	SGAS Av. L2 Sul - Qd. 603/604	Asa Sul	BRASÍLIA	70200640

		lote 23			
DF	PGR ANEXO II	SGON – Quadra 01 – Lote 175, Brasília	Asa Sul	BRASÍLIA	70610610
DF	PGR ANEXO III – SPPEA	SAS - Setor de Autarquias Sul, quadra 03, bloco J	Asa Sul	BRASÍLIA	70070925
DF	PGR ASSART	Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, 7º Andar, sala 72	Asa Sul	BRASÍLIA	70160900
DF	PR-DF	SGAS Qd. 603 / 604, Lote 23, subsolo	Asa Sul	BRASÍLIA	70200640
DF	PRR1	SAS Q. 5 Lote 8 Bloco “E” – Ed. MPF, - sala 301	Asa Sul	BRASÍLIA	70070910
DF	STJ	Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 6, Lote 1, Trecho III	Asa Sul	BRASÍLIA	70095900
DF	TSE	SAFS Quadra 7, lote 1/2 - Edf. Anexo CPD	Asa Sul	BRASÍLIA	70070600
ES	PRE-ES	Rua João Baptista Parra, 575	Praia do Suá	VITÓRIA	29052123
ES	PR-ES (em processo de mudança de endereço)	Av. Jerônimo Monteiro, 625	Centro	VITÓRIA	29010003
		Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1401	Ilha de Santa Maria	VITÓRIA	29051015
ES	PR-ES ANEXO	Praça Costa Pereira, 52 - salas 701 a 705 - Ed. Michelin	Centro	VITÓRIA	29010080
GO	PR-GO	Av. Olinda, s/n - Ed. Rosângela Pofahl Batista - Quadra G, Lote 02	Park Lozandes	GOIÂNIA	74884120 (antigo 74995120)
MA	PR-MA	Avenida Vitorino Freire, 52 - 4o Andar	Areinha	SÃO LUÍS	65030015
MA	PRM-CAXIAS	Avenida Norte Sul, nº 3	Cidade Judiciária/Campo de Belém	CAXIAS	65609010
MA	PRM-IMPERATRIZ	Avenida Tapajós, Justiça Federal, S/N	Parque das Nações	IMPERATRIZ	65912900
MG	PRM-DIVINÓPOLIS	Av. Divino Espírito Santo, 60	Centro	DIVINÓPOLIS	35500021
MG	PR-MG	Av. Brasil, 1877	Funcionários	BELO HORIZONTE	30140007
MG	PRM-GOVERNADOR VALADARES	Rua Sá Carvalho, 51	Centro	GOVERNADOR VALADARES	35010240
MG	PRM-JUIZ DE FORA	Rua Rei Alberto, nº 246	Centro	JUIZ DE FORA	36016300
MG	PRM-MONTES	Rua São José, nº 547	Todos os Santos	MONTES	39400138

	CLAROS			CLAROS	
MG	PRM-SÃO JOÃO DEL REI	Rua Eduardo Jacinto Nascimento, 100	Fábricas	SÃO JOÃO DEL REI	36301210
MG	PRM-SETE LAGOAS	Alameda Prefeito João Herculino de Souza, 42	Centro	SETE LAGOAS	35700646
MG	PRM-UBERABA	Av. Gabriela Castro Cunha, 340	Vila Olímpia	UBERABA	38066000
MG	PRM-UBERLÂNDIA	Rua São Paulo, 35	Tibery	UBERLÂNDIA	38405027
MG	PRM-VARGINHA	Rua Júlio César de Oliveira, 134	Jardim dos Passáros	VARGINHA	37026380
MG	PRR6	Av. Brasil, 1877	Funcionários	BELO HORIZONTE	30140007
MS	PRM-CORUMBA	Rua Cuiabá, 1640	Dom Bosco	CORUMBÁ	79331100
MS	PRM-DOURADOS	Rua José Correa de Almeida, 2220 (antiga Rua Viaparque, Quadra 30, Lote 98)	Jardim Clímax	DOURADOS	79820155
MS	PR-MS	Av. Afonso Pena, 4444	Vila Cidade	CAMPO GRANDE	79020907
MS	PRM-TRES LAGOAS	Rua Farmacêutico Júlio Mancini, 348	Colinos	TRÊS LAGOAS	79603040
MT	PRM-BARRA DO GARCAS	Rua Marechal Rondon, Quadra 17, Lote Área Quinham Comum 05	Cidade Velha	BARRA DO GARÇAS	78600000
MT	PRM-CACERES	Rua Generoso Marquês Leite, S/N	Centro Operacional de Cáceres - COC	CÁCERES	78210907
MT	PRM-RONDONOPOLIS	Rua Dom Bosco, 408	Jardim Guanabara	RONDONÓPOLIS	78710160
MT	PRM-SINOP	Av Alexandre Ferronato 16 (QD 22A)	Setor Industrial	SINOP	78557267
MT	PR-MT	Avenida Miguel Sutil, 10600 - Barra do Piri - Ed. Jardim Cuiabá - Office & Flat	Jardim Primavera	CUIABÁ	78043405
PA	PRM-ALTAMIRA	Avenida Tancredo Neves, 3256	Jardim Independente II	ALTAMIRA	68372222
PA	PRM-MARABÁ	Rodovia Transamazônica nº 1076 - Ed. Schimidt, 3º e 4º andares.	Amapá	MARABÁ	68502030
PA	PRM-SANTAREM	Av. Mal. Castelo Branco, s/n	Interventoria	SANTARÉM	68020820
PA	PR-PA	Rua Domingos Marreiros, 690	Umarizal	BELÉM	66055210
PB	PRM-CAMPINA GRANDE	Rua Cônsul Jouseph Noujaim Habib Nacad, s/n	Catolé	CAMPINA GRANDE	58410260
PB	PR-PB	Av. Getúlio Vargas, 277	Centro	JOÃO PESSOA	58013240
PB	PR-PB II	Av. Presidente Epitácio Pessoa,	Expedicionários	JOÃO	58041006

		1800		PESSOA	
PE	PRM-CARUARU	Rua Projetada Jardim Ocidental, Quadra Z, Lote 6A	Loteamento Maurício de Nassau	CARUARU	55016745
PE	PRM-GARANHUNS	Av. Idelfonso Lopes, 174	Heliópolis	GARANHUNS	55296230
PE	PRM-PETROLINA JUAZEIRO	Av. Presidente Tancredo Neves, 101	Centro	PETROLINA	56304190
PE	PRM-SERRA TALHADA	Rua Enock de Carvalho, 160	AABB	SERRA TALHADA	56912250
PE	PR-PE	Av. Agamenom Magalhães, 1800	Espinheiro	RECIFE	52021170
PE	PRR5	Rua Frei Matias Téves, 65	Paissandu	RECIFE	50070450
PI	PRM-PARNAIBA	Avenida Governador Chagas Rodrigues, 431	Bairro de Fátima	PARNAÍBA	64200490
PI	PR-PI	AVENIDA JOAO XXIII, 1390	Noivos	TERESINA	64045000
PR	PRM-CASCADEL	Avenida Brasil nº 3939 (Próximo ao cruzamento com a Rua Erechim)	Centro	CASCADEL	85812002
PR	PRM-FOZ DO IGUAÇU	Rua Edmundo de Barros, 660 - Ed. Estúdio Tarobá	Centro	FOZ DO IGUAÇU	85851120
PR	PRM-LONDRINA	Condomínio Torre Montello, Avenida Ayrton Senna da Silva, 550, Lote 1, Quadra 1	VILA SATHLER	LONDRINA	86050460
PR	PRM-MARINGA	Av. XV de Novembro, 708	Centro	MARINGÁ	87013230
PR	PRM-PONTA GROSSA	Rua Sete de Setembro, 304	Centro	PONTA GROSSA	84010350
PR	PRM-UMUARAMA	Para: Rua Jussara Nro: 3255 Bairro: Zona I		UMUARAMA	87501250
PR	PR-PR	Av. Marechal Deodoro, 933	Centro	CURITIBA	80060010
RJ	DETRAN RJ	Av. Presidente Vargas, 817	Centro	RIO DE JANEIRO	20071001
RJ	PRM-CAMPOS DE GOYTACAZES	Avenida José Alves de Azevedo, nº 310	Centro	CAMPOS DE GOYTACAZES	28025497
RJ	PRM-NITERÓI	Rua Galvão Peixoto, 11	Icaraí	NITERÓI	24230090
RJ	PRM-NOVA FRIBURGO	Rua General Osório, 46	Centro	NOVA FRIBURGO	28625630
RJ	PRM-PETRÓPOLIS	Avenida Dom Pedro I, nº 275	Centro	PETRÓPOLIS	25610020
RJ	PRM-RESENDE	Rua Cônego Bulcão, 42	Centro	RESENDE	27511160
RJ	PRM-SÃO GONÇALO	Rua Coronel Serrado, nº 1.560	Zé Garoto	SÃO GONÇALO	24440000
RJ	PRM-SÃO JOÃO DE MERITI	Avenida Automóvel Clube, 2435	Vilar dos Teles	SÃO JOÃO DE MERITI	25565171
RJ	PRM-SÃO PEDRO	Rua Doutor José Ramos, 72	Centro	SÃO PEDRO	28941104

	DA ALDEIA	(antiga Rua José Ramos de Azevedo)		D'ALDEIA	
RJ	PRM-VOLTA REDONDA	Rua Simão da Cunha Gago, 120, sobreloja	Aterrado	VOLTA REDONDA	27213170
RJ	PRR2	Avenida Almirante Barroso, 54	Centro	RIO DE JANEIRO	20011030
RJ	PR-RJ	Av. Nilo Peçanha, 23 e 31	Centro	RIO DE JANEIRO	20020100
RN	PRM-MOSSORÓ	Avenida Jorge Coelho de Andrade, 01 - Campus UFERSA	Costa e Silva	MOSSORÓ	59625400
RN	PR-RN	Av. Deodoro da Fonseca, 743	Tirol	NATAL	59020600
RO	PRM-JI PARANÁ	Avenida Clóvis Arraes, 1415	Centro	JI-PARANÁ	76900045
RO	PRM-VILHENA	Avenida Major Amarantes, 4040	Centro	VILHENA	76980972
RO	PR-RO	Rua José Camacho, 3307	Embratel	PORTO VELHO	76820886
RR	PR-RR	Rua General Penha Brasil, nº 1255	São Francisco	BOA VISTA	69305130
RS	PRM-CAXIAS DO SUL	Rua Visconde de Pelotas, 1007	Centro	CAXIAS DO SUL	95020183
RS	PRM-CRUZ ALTA	Avenida Venâncio Aires, 1818	Centro	CRUZ ALTA	98010760
RS	PRM-ERECHIM	Rua Clementina Rossi, 64	Bela Vista	ERECHIM	99704094
RS	PRM-NOVO HAMBURGO	Rua Guia Lopes, 4050	Rondônia	NOVO HAMBURGO	93410340
RS	PRM-PASSO FUNDO	Rua Antonio Araújo, 720	Centro	PASSO FUNDO	99010220
RS	PRM-PELOTAS	Rua Vinte e Nove de Junho, 200	Areal	PELOTAS	96075178
RS	PRM-RIO GRANDE	Avenida Presidente Vargas, nº 323	Parque	RIO GRANDE	96202336
RS	PRM-SANTA CRUZ DO SUL	Rua Ernesto Alves, 428	Centro	SANTA CRUZ DO SUL	96810060
RS	PRM-SANTA MARIA	Alameda Antofagasta, 67 Salas 101 a 405	Nossa Senhora de Lourdes	SANTA MARIA	97050660
RS	PRM-SANTA ROSA	Av. Expedicionário Weber, nº 550 - 4º andar - salas 402, 403 e 404	Centro	SANTA ROSA	98900000
RS	PRM-SANTANA DO LIVRAMENTO	Av. Tamandaré, 1759 - 3º andar	Centro	SANTANA DO LIVRAMENTO	97573531
RS	PRM-SANTO ANGELO	Rua Barão de Santo Ângelo, 1101	Centro	SANTO ÂNGELO	98801740
RS	PRM-URUGUAIANA	Rua XV de Novembro, 1998	Centro	URUGUAIAN	97500510

				A	
RS	PRR4	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800	Praia das Belas	PORTO ALEGRE	90010395
RS	PR-RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700	Praia de Belas	PORTO ALEGRE	90010395
SC	PRM-BLUMENAU	Rua Marechal Deodoro, 100	Velha	BLUMENAU	89036300
SC	PRM-CAÇADOR	Rua Conselheiro Mafra, 351 - 3º	Centro	CAÇADOR	89500000
SC	PRM-CHAPECÓ	Avenida Porto Alegre, 427-D - 1º andar - Edifício Lázio Executivo	Centro	CHAPECÓ	89802130
SC	PRM-CRICIÚMA	Rua Raymundo Procópio Nunes, s/n (esquina com Rua Martinho Lutero)	Milanesi	CRICIÚMA	88804445
SC	PRM-ITAJAÍ	Av. Osvaldo Reis, nº 906	Fazendinha	ITAJAÍ	88306000
SC	PRM-JOINVILLE	Rua Orestes Guimarães, 876 - térreo - Ed. Oscar Bornholdt	Américo	JOINVILLE	89204061
SC	PRM-LAGES	Av. Belisário Ramos, 3800, 5º andar, Ed. Lages Business Center	Centro	LAGES	88502100
SC	PRM-SÃO MIGUEL DOESTE	Rua Marcílio Dias, 1906 - 1º andar - Bairro Sagrado Coração	Centro	SÃO MIGUEL D'OESTE	89900000
SC	PR-SC	Rua Esteves Júnior, 68 - 8º andar PRE/SC - Prédio do TRE-SC	Centro	FLORIANÓPOLIS	88015130
SC	PR-SC Agrônômica	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876 - Edifício Luiz Elias Daux - Torre 3 - 3º Andar	Agrônômica	FLORIANÓPOLIS	88025255
SE	PR-SE	Rua José Carvalho Pinto, 280	Jardins	ARACAJU	49026150
SP	PRM-ARAÇATUBA	Rua Cândido Portinari, 586	Jardim Nova Iorque	ARAÇATUBA	16018220
SP	PRM-ARARAQUARA	Av. Rodrigo Fernando Grillo, 207 - 11º andar	Jardim dos Manacas	ARARAQUARA	14801534
SP	PRM-BAURU	Rua Alberto Segalla, nº 1-45	Jardim Infante Dom Henrique	BAURU	17012634
SP	PRM-CAMPINAS	R. Conceição, 340	Centro	CAMPINAS	13010050
SP	PRM-CARAGUATATUBA	Avenida Prefeito Geraldo Nogueira da Silva, 644	Indaiá	CARAGUATATUBA	11665000
SP	PRM-FRANCA	Av Hugo Betarello, 4100	Esplanada Primo Meneghetti	FRANCA	14403219
SP	PRM-GUARULHOS	Rua Josefina Mandotti, 422 (esquina com Avenida Salgado Filho)	Bosque Maia	GUARULHOS	7115080
SP	PRM-JAÚ	Travessa José Veríssimo, 159	Jardim Alvorada	JAÚ	17210220
SP	PRM-MARÍLIA	Avenida das Esmeraldas Nº 1215	Jardim Tangará	MARÍLIA	1751600
SP	PRM-PIRACICABA	Av. Lourenço Ducatti, 49	Vila Rezende	PIRACICABA	13405208

SP	PRM-PRESIDENTE PRUDENTE	Av. Manoel Goulart, 1090	Vila Ocidental	PRESIDENTE PRUDENTE	19015240
SP	PRM-RIBEIRAO PRETO	Rua Conde Afonso Celso, 904	Jardim Sumaré	RIBEIRÃO PRETO	14025040
SP	PRM-SANTOS	Av. Washington Luás nº 452	Centro	SANTOS	11055000
SP	PRM-SÃO BERNARDO DO CAMPO	Avenida Barão de Mauá,502	Chácara Inglesa	SÃO BERNARDO DO CAMPO	9726000
SP	PRM-SÃO CARLOS	Rua Aquidaban, 355	Centro	SÃO CARLOS	13560120
SP	PRM-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1020	Jardim Panorama	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	15092175
SP	PRM-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Av. Nove de Julho, 765	Vila Jacy	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	12243000
SP	PRM-SOROCABA	Av. Antônio Carlos Comitre, 295 - 2º andar	Parque Campolim	SOROCABA	18047620
SP	PRM-TAUBATÉ	Rua Marechal Artur da Costa e Silva, 730	Centro	TAUBATÉ	12010900
SP	PRR3	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2020	Bela Vista	SÃO PAULO	1318911
SP	PR-SP	Rua Frei Caneca, n.º 1360	Cerqueira Cesar	SÃO PAULO	1307002
TO	PRM-ARAGUAINA	Avenida Neief Murad, 01-B - Quadra 01	Setor Noroeste - Setor Jardim Goiás	ARAGUAÍNA	77824022
TO	PR-TO	104 Norte, Rua NE 03, conjunto 02, Lote 43, Ed. Transamérica	Plano Diretor Norte	PALMAS	77006018

ANEXO A4 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Conforme Ordem(ns) de Serviço/Fornecimento nº <número da(s) OS/OF> aprovada(s) formalmente, as partes concordam que os itens a seguir discriminados foram entregues para conferência e homologação de todas as fases e tarefas definidas. Por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente termo dando por entregue e encerradas todas as atividades da <nome da empresa contratada> para o presente recebimento provisório, referente às citadas OS/OF.

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade Fornecida (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Brasília, data da assinatura eletrônica.

FISCAL TÉCNICO

Matrícula:

ANEXO A5 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Em cumprimento ao disposto no art. 32, inciso VIII, da Instrução Normativa SG/MPF nº 01/2016 **ATESTAMOS** que os serviços e/ou bens integrantes da(s) OS(s) acima identificada(s) **foram executados/entregues no prazo acordado e atendem às exigências especificadas no Termo de Referência da contratação.**

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade Fornecida (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Brasília, data da assinatura eletrônica.

FISCAL TÉCNICO

Matrícula:

**ANEXO A6 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO
DE MANUTENÇÃO DO SIGILO**

INTRODUÇÃO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

IDENTIFICAÇÃO

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO** e as normas de segurança vigentes no MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

CIÊNCIA

CONTRATADA – Funcionários

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

_____, _____ de _____ de 20____.

ANEXO A7 – DOS FISCAIS SETORIAIS

1. Fiscal Setorial: para fins desta contratação, servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer nas diversas unidades do CONTRATANTE;

2. São responsabilidades dos Fiscais Setoriais:

2.1. Auxiliar o(s) Fiscal(is) do Contrato no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços contratados executados na sua unidade e nas PRMs a ela vinculadas;

2.2. Receber e verificar os equipamentos entregues pela CONTRATADA;

2.2.1. Em caso de equipamentos entregues diferentes dos contratados, recusar o recebimento e realizar o devido registro sobre a situação e enviar ao(s) Fiscal(is) do Contrato para que este(s) possa(m) tomar as providências cabíveis.

2.3. Providenciar, junto à área responsável, o registro patrimonial dos equipamentos;

2.4. Atestar o recebimento provisório dos equipamentos entregues, por meio de assinatura do ANEXO A4 – Termo de Recebimento Provisório, nos prazos definidos no item 9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO do Termo de Referência;

2.5. Verificar a qualidade e conformidade dos equipamentos, por meio de assinatura do ANEXO A5 – Termo de Recebimento Definitivo, nos prazos definidos no item 9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO do Termo de Referência;

2.6. Acionar a CONTRATADA para a prestação dos serviços de garantia sempre que verificada situação coberta pela garantia e acompanhar a resolução do problema;

2.7. Todas e quaisquer atividades necessárias para apoiar o(s) Fiscal(is) do Contrato durante a execução contratual.

ANEXO A8 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que **tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos descritos no Termo de Referência e seus Anexos**, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Brasília, xx, xx de xxxxxx de 202X.

(Nome Completo do Responsável ou preposto)

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026

QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor THIAGO LONGO MENEZES, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 181 de 26/02/2025, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor DAVI LUCAS BOIS, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12/06/2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXX em XXXXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX expedida pela SSP/XXJ, e CPF nº XXX, residente em XXXX, tendo em vista o que consta no *Processo nº 1.00.000.004895/2024-81*, referente Pregão nº xxx/20xx, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, no *Termo de Referência nº 22/2025 – ASSAPCON/SUBCORP/SA*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Aquisição de estações de trabalho completa (CPU, monitor e acessórios), com suporte e assistência técnica dentro do período de garantia, de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal.

Parágrafo Único – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação terá início na data da assinatura do contrato e encerrar-se-á em até **90 (noventa) dias após o recebimento definitivo do objeto**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contrato terá sua vigência encerrada após a finalização dos procedimentos administrativos referentes à compra, como entrega, recebimento definitivo e pagamento ainda que não tenham decorridos os 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo.

Parágrafo Segundo – O término da vigência contratual não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas durante o período de garantia do(s) material(is), devendo observar as disposições estabelecidas no Termo de Referência, ficando sujeita às penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das prescrições previstas no termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Parágrafo Único – O objeto da presente contratação terá a garantia e suporte pelo período de **48 (quarenta e oito) meses** para todo o equipamento, **conforme contido no Subitem 5.8 do termo de referência**, dentro do qual a CONTRATADA deverá solucionar as falhas e/ou substituir os equipamentos que venham a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contrato é de **XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, conforme discriminado a seguir:

ITEM	BEM	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Estação de trabalho (CPU, monitor e acessórios).	Un		R\$	R\$
Valor Total do Contrato (R\$)					R\$

Parágrafo Único – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **09/03/2026**.

6.1.1 Caso tenha ocorrido o reajuste de preços da ata de registro de preços (ARP) correspondente a presente contratação, a **nova data-base inicial** para o reajuste dos preços do contrato será a data dos efeitos financeiros do reajuste da ARP e não mais do orçamento estimativo.

6.2. Após o interregno de um ano da data referenciada **no subitem 6.1.1**, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA/IBGE**), exclusivamente para os quantitativos não contratados após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2 Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3 Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **subitem 6.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1 Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8 As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.3 Conferir o(s) material(is) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

8.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8 O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre o objeto contratado, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

8.1.9 Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.1.9.1 O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;

b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;

c) Recusar qualquer material que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto ao fornecimento do(s) material(is):

9.1.1. Indicar formalmente seu preposto;

9.1.2. Planejar a execução e a supervisão do objeto;

9.1.3. Realizar a(s) entrega(s) do(s) material(is) na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;

9.1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;

9.1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto para análise e decisão do CONTRATANTE;

9.1.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.1.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto;

9.1.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início do fornecimento do(s) material(is), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.2. Quanto às vedações:

9.2.1. É vedado **ter em seu quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.2.1.1. A vedação prevista no subitem 9.2.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.2.1.2. A vedação constante no subitem 9.2.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.2.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

9.2.2. Também não será permitido:

9.2.2.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto discriminado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

9.2.2.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.2.3. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9.3. Quanto às obrigações gerais:

9.3.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

9.3.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.3.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

10.2 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- (c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- (d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- (e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
- (f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- (g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
- (h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
- (i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

(j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

(k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

(l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

(m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**.

11.1.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

11.1.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, **a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato**, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.6 deste contrato**.

11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.7**, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do término do contrato ou da sua extinção;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.19. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de **penalidade** mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) **por dia de atraso** sobre o valor da fatura ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, correspondente ao período que tenha ocorrido a mora, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 12.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o **décimo quinto dia de mora**;

c) ocorrer atraso na apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato **superior a 15 (quinze) dias**, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato. O atraso superior a 15 (quinze) dias será considerado inexecução parcial do contrato e autorizará o CONTRATANTE a promover a sua rescisão;

12.2.4.2. **Multa Sancionatória** após o **décimo quinto dia de mora**, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 0,5% a 1,0% para as infrações das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6; e

b) multa de 1,0% a 2,0% para as infrações das alíneas "f", "g", "h" e "i", observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, que serão arbitradas na forma do **subitem 12.6**.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regula, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório

rio, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

(i) UG Executora 200100 (SA/MPF);

(ii) PTRES:

(iii) Plano Interno: **INFORMATICA**;

(iv) Fonte: 1000

(v) Natureza da Despesa:

(vi) Nota de Empenho nº 202xNE000xxx, de xx/xx/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO

18.1 O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015 ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Assinatura Digital
CONTRATANTE

Assinatura Digital
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura Digital

Assinatura Digital

ANEXO A – AO CONTRATO
(TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2025 – ASSAPCON/SUBCORP)

ANEXO B – AO CONTRATO
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)

Com base nas Leis n. 12.527/2011, n. 12.965/2014 e n. 13.709/2018, na Resolução CNMP n. 281/2023, e no(a) * (indicar normativo interno aplicável), eu, * (nome completo), inscrito no CPF n. *, matrícula n. *, na qualidade de *MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO*, comprometo-me a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante minhas atividades no * (ramo ou unidade do MP).

Declaro ciência das seguintes definições legais:

- Dado pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: Dados sobre origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, genética ou biometria;
- Titular dos dados: Pessoa a quem os dados pessoais se referem;
- Banco de dados: Repositório, físico ou eletrônico, que contenha dados pessoais;
- Tratamento de dados: Qualquer operação realizada com dados pessoais (coleta, uso, armazenamento etc.).

Reconheço que o * (*ramo ou unidade do MP*) realiza o tratamento de dados pessoais e que, no exercício de minhas funções, terei acesso a tais informações, incluindo dados sensíveis e de crianças e adolescentes.

Comprometo-me a:

1. Manter sigilo e cautela no tratamento de dados, evitando sua divulgação indevida;
2. Tratar dados pessoais apenas no âmbito de minha atuação e para finalidades legítimas, conforme a LGPD;
3. Não guardar cópias ou registros pessoais dos dados acessados e restituí-los quando solicitado;
4. Informar imediatamente sobre qualquer violação de segurança ou uso indevido dos dados;
5. Cumprir este compromisso mesmo após o término de meu vínculo com a instituição.

Cidade/Estado, __/__/__.

Assinatura do MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2026

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 90019/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para o item abaixo discriminado no valor total de R\$ _____

Item	Descrição	Qtd. Total	Valor Unitário	Valor Total
1	Estação de trabalho (CPU, monitor e acessórios) Preencher marca e modelo	8972		

Declaramos, expressamente, que:

1. A presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data *(no mínimo 60 dias)*
2. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. Para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

4. A nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas as-

segurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Atenciosamente,

[Nome da Empresa Proponente]

[Representante Legal]

....., de de 2026

3.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

3.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em preção para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da Lei 14.133 de 2021.

3.3. Compete ao **órgão gerenciador** aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, **as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório** e registrá-las no SICAF (Portaria PGR/MPU nº 158/2024, Art. 5º, inciso XIII);

CLÁUSULA IV – DA ADESÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1 Não será permitida a adesão a ata de registro de preços, conforme subitem 2.3.1.3 do termo de referência.

CLÁUSULA V – DA AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

5.1. As contratações advindas da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelos ordenadores de despesa da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal – MPF.

5.1.1. A **contratação do objeto desta ata exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão, nos termos** estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Caso a empresa registrada seja convocada para assinar contrato, retirar a nota de empenho ou autorização de fornecimento ou outro documento hábil de contratação e não atender no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, poderá sofrer as penalidades definidas na Lei 14.133 de 2021;

5.3. O contrato ou nota de empenho referente às contratações deverão ser assinadas dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA VI – DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REAJUSTES DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Nos termos do Art. 22 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, o(s) preço(s) registrado(s) poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o(s) preços **registrados(s)**, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Os preços inicialmente registrados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado do orçamento em **09/03/2026**.

6.1.3.1. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no Subitem 6.1.3, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços deverá iniciar o procedimento

para reajuste do(s) valor(es) registrados, mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para os quantitativos não contratados após a ocorrência da anualidade, cientificando a empresa beneficiária da ata de registro de preços do início da instrução.

6.1.3.2. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3.3. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços, compete à empresa beneficiária da ata de registro de preços solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a empresa suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente à sua inércia.

6.1.3.4. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no Subitem 6.1.3.1, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da empresa beneficiária da ata de registro de preços, do percentual a ser reajustado.

6.1.3.4.1. Em caso de ausência de manifestação da empresa beneficiária da ata de registro de preços sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços.

6.1.3.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços procederá ao reajuste adotando a última variação conhecida, procedendo à complementação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.1.3.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.1.3.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.3.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

6.1.3.9. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ao registro de preços.

6.1.3.10. As disposições previstas nesta Ata, para o reajuste dos preços registrados, não impedem a negociação entre as partes

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, **por motivo superveniente**, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 23 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, **mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso**, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

CLÁUSULA VII – DO CANCELAMENTO DA ATA E DO REGISTRO

7.1. Nos termos do Art. 25 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, poderá ensejar o cancelamento do

registro de preços a empresa **beneficiária da ARP** que:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público ou.
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do Art. 23 e no § 4º do Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. Integram esta Ata: o Edital do Pregão e seus Anexos, a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.
- 8.2. Nos termos do Art. 15, inciso II, §§ 1º e 2º, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, segue em ANEXO a esta ata a relação dos fornecedores disponíveis no cadastro reserva;
- 8.3. É vedado a participação do órgão gerenciador e demais órgãos participantes em ata de Registro de Preço com o mesmo objeto no prazo de validade desta ARP.
- 8.4. A presente Ata de Registro de Preços, deverá ser assinada por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal – SPE, mediante a utilização de **login único do Governo Federal (gov.br)** como nova forma de acesso. Por meio do endereço peticionamento.mpf.mp.br, os usuários podem acessar o SPE e conferir as instruções de acesso ao serviço.
- 8.5. A assinatura eletrônica da ata de registro de preços (orientações detalhadas ao final desta ata), deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis, a parti da data de recebimento do e-mail de convocação: pgr-srp@mpf.mp.br e sistemapeticionamento@mpf.mp.br.
- 8.6. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133 de 2021, Portaria PGR/MPU nº 158/2024 e demais normas aplicáveis.
- 8.7. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade do órgão gerenciador para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

CLÁUSULA IX – DOS ITENS, ESPECIFICAÇÕES, QUANT., PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS.

Fornecedor: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
End.: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CEP: xxxxxxxxxxxxxxxx Tel.:xxxxxxxxxxxxxxxxx
Email: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante Legal: xxxxxxxxxxxxxx CPF: *** ***.***.* RG: **.***.***-* Exp.: **/**/****

Item	Bem	Unid	Quant.	Baixa Mínima	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
------	-----	------	--------	-----------------	----------------------	----------------------

				Estimada		
01	Estação de trabalho (CPU, MONITOR E ACES-SÓRIOS) - (conforme demais especificações constantes do ETP e anexo "A" do Termo de Referência, proposta apresentada no pregão e homologação publicada no PNCP.)	Un.	8.972*	5.746		
Valor Total do Contrato (R\$)						

**O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto à efetivação da contratação, inclusive quanto à "QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA PARA BAIXA". A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo*

REPRESENTANTE – LEGAL
(Datada e Assinada Eletronicamente)

Secretário de Administração (adjunto)
(Datada e Assinada Eletronicamente)

Chefe de Divisão de Registro de Preços
(Datada e Assinada Eletronicamente)

Subsecretário de Contratações e Registro de Preços
(Datada e Assinada Eletronicamente)

ANEXO - ARP 9XXX/2026

Formação de cadastro de reserva

Nos termos da Portaria nº 158 PGR/MPU, Art. 15, inciso II, §§ 1º e 2º, seguem os fornecedores disponíveis no cadastro reserva:

Licitantes ou fornecedores que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação:

2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

3ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

(...)

Licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original:

N1ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

N2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

(...)

Orientações para assinatura eletrônica da ata de registro preços:

- Acesse o link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br> - para criar conta gov.-

br;

- Acessar o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login> – para acessar o site de peticionamentos eletrônicos e assinaturas - “entrar com gov.br”;
- Realizar o cadastro se o for o caso;
- Se já for cadastrado, verifique a existência de documentos em “Assinatura de Documentos”;
- Assinar a ata de registro de preços com gov.br, após conferência.

MPF



ADMINISTRAÇÃO